

**“FUNDOU A FÁBRICA NÃO EXISTE MAIS ESSA HISTÓRIA DE 70”: O SURGIMENTO DA APAEB E SUAS MUDANÇAS IDEOLÓGICAS (1973-1997)<sup>1</sup>**

Cleidiane de Oliveira Lima  
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)  
E-mail: limacleidiane080@gmail.com

**RESUMO:** A década de 1970 foi palco de diversas mobilizações sociais que se irromperam por todo país como manifestação de resistência ao regime político instaurado em 1964. O presente trabalho teve como objetivo analisar fragmentos do processo histórico das lutas dos trabalhadores rurais de Valente, interior da Bahia, ocorridas entre 1973 e 1997 com a participação de representantes clérigos da Igreja Católica valentense resultando na tomada da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na construção das lutas que dariam origem à construção da APAEB (uma associação de pequenos agricultores). Mediante as fontes coletadas destacamos a trajetória da associação os desdobramentos em torno da construção e consolidação da indústria de carpetes de sisal que a APAEB implementou em Valente no ano de 1996. O trabalho possibilitou perceber que a formação da APAEB se configura como uma tentativa de uma camada da população empobrecida de Valente, e região, que se organizou e se mobilizou em busca de melhores condições de vida e de trabalho para inúmeros agricultores como também perceber as contradições que permeiam a sua trajetória a partir da fundação de uma fábrica.

**PALAVRAS- CHAVES:** Movimentos Sociais – APAEB – Capitalismo.

## **INTRODUÇÃO**

O presente texto pretende analisar o processo histórico das lutas dos trabalhadores rurais em Valente, município brasileiro localizado no nordeste da Bahia, com o engajamento de clérigos da Igreja Católica valentense e que resultaram na tomada da direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e na construção das lutas que dariam origem à construção da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB), com ênfase na abordagem da experiência e luta de classe desses de agricultores em busca de melhores condições de trabalho no semiárido baiano entre 1973 a 1997.

---

<sup>1</sup> O trabalho é uma síntese da monografia intitulada “Tecendo uma história de fibra: atuação de pequenos agricultores de Valente e o surgimento da APAEB (1993-1997)” defendida e aprovada em dezembro de 2018, na Universidade do Estado da Bahia, Campus XIV.

O grupo organizado formalmente em torno da APAEB em 1980 integra majoritariamente militantes que travaram suas lutas na década de 1970 e é sobre essas mobilizações que devemos analisar se quisermos entender o processo que desencadeou na fundação da associação. Havia em todo o país um sentimento de mudança e vários outros movimentos irrompendo no mesmo contexto marcado por um regime de exceção vivido à época no Brasil, onde a censura, o controle e a repressão eram vigentes no país devido ao Golpe Militar que instaurou uma ditadura em 1964. Assim como a APAEB, os movimentos desse período se engendram durante os anos 1970 fortemente vinculados à Igreja Católica.

O engajamento de religiosos às questões sociais ganhou força a partir dos anos 1960 por meio de movimentos populares entre leigos que, paulatinamente, se engajaram na causa dos trabalhadores explorados e que abriram caminhos para o surgimento da Teologia da Libertação. No caso da organização dos trabalhadores rurais de Valente, o sentimento de mudança econômica e social foi impulsionado por ele, que vai encontrar na leitura do Evangelho aspectos semelhantes à vida cotidiana. Nessa ótica, a discussão de Michael Lowy é pertinente, pois se apropria do conceito de *afinidade eletiva* de Max Weber para falar de movimentos sociais na América Latina. Segundo o autor “é o processo pelo qual duas formas culturais (religiosas, intelectuais, políticas ou econômicas) entram em uma relação de atração e influência recíprocas” (LOWY, 2011 p. 142). Por meio desse conceito, compreende-se que, nas mobilizações sociais em Valente, o imaginário de libertação social é impulsionado pela religião católica, que se identificam e buscam caminhos e ações conjuntas.

A formação da APAEB evidencia a tentativa de uma camada da população empobrecida de Valente e cidades circunvizinhas que se mobilizaram em busca de melhores condições de vida e de trabalho para agricultores da região. Assim, busco dialogar com referenciais teóricos como Thompson (1989) que ajuda a pensar a história protagonizada por pessoas comuns e que pressupõe que uma classe não prescinde de suas experiências em comum.

Na tentativa de estabelecer discussões acerca da luta de classes, faz-se necessário o diálogo que Karl Marx (1848) levanta por defender que as condições materiais de

existência do indivíduo determinam seu lugar social e os aspectos da sua vida. A luta de classes seria, portanto, o motor de mudanças sociais.

A associação nasce com o propósito de defender os interesses da classe trabalhadora. No entanto, no curso da sua trajetória, seu projeto é alterado e a fundação da fábrica de tapetes e carpetes de sisal em 1996 revela uma mudança em suas concepções. Nesse sentido, dividimos o artigo em seis seções, incluindo essa introdução. Na segunda seção buscamos explorar o impacto da chegada do sisal em Valente e as condições de trabalho em torno do cultivo do sisal. Em seguida observamos o início da organização dos trabalhadores por meio de círculos bíblicos resultando na tomada do SRT de Valente traçando caminhos que deram origem a APAEB. Na quarta seção reconstruímos a trajetória da associação no que tange a fundação da fábrica. Na quinta seção damos ênfase às tensões que marcaram o cotidiano da instituição após a fundação da indústria num momento em que a APAEB concentrou sua atenção no lucro. Finalmente, explanamos breves considerações sobre o que foi exposto.

### **TRABALHO E EXPERIÊNCIA DA EXPLORAÇÃO NOS CAMPOS DE SISAL**

Segundo relatos de memorialistas valentenses, as primeiras mudas do sisal na cidade se deram por volta de 1919 e 1920. Somente a partir de 1936 a fibra começou a ser cultivada para comercialização. A partir de então, segundo Marques (1978, p. 2-3. Apud SILVA, 2016, p. 156)), a cultura do sisal proporcionou um progresso, uma transformação socioeconômica para região semiárida. No entanto, a partir de nossas análises percebemos que o cultivo do sisal também proporcionou um contraste social: de um lado a produção de riqueza e, de outro, trabalhadores explorados pela má distribuição de renda e péssimas condições de trabalho.

A grande maioria dos moradores valentenses era composta por trabalhadores rurais que, direta ou indiretamente, tinham o cultivo da planta como forma de rentabilidade. É o que nos relata o depoimento: “Eu trabalhei sempre na roça em motor de sisal. Era meu trabalho desde criança. Com sete anos de idade já comecei a pegar firme no motor por que naquele tempo a gente tinha que trabalhar mesmo porque a situação era

braba”<sup>2</sup>. Seu Ivo Ferreira, primeiro presidente da APAEB em Valente, quando se refere à década de 1970, nos permite perceber a inexistência de alternativas para os trabalhadores rurais garantirem sua sobrevivência, e o trabalho com o motor de sisal permeia por toda sua vida, desde sua tenra idade.

Segundo Nascimento (2016), a maioria desses trabalhadores dedicava-se ao primeiro beneficiamento que acontecia na fase rural do seu processo de produção. Nessa fase as folhas da planta eram cortadas e levadas até uma máquina que era extraída a fibra e colocada em varais para secar. Esse processo ocorria nos campos de sisal tendo como o principal meio de produção a máquina desfibradora conhecida como “paraibana” ou “motor”.

Os trabalhadores não tinham uma jornada de trabalho fixa e isso supria a regulamentação dos horários de trabalho se convertendo num mecanismo de obter a mais-valia absoluta pelo dono do motor, pois, os baixos salários “obrigavam” os trabalhadores a aumentar seu tempo de trabalho necessário objetivando uma renda maior pelos seus serviços. Seu Ivo nos contou sobre a jornada de trabalho.

Naquele tempo a jornada era braba. A gente trabalhava para sobreviver, tinha que trabalhar. Era dois dias por um. Todos os dias, duas para três horas da manhã tinha que virar o motor. Era pouco tempo [de descanso], de 9 da noite a 3 da manhã.<sup>3</sup>

O depoente narra a exploração sofrida no que tange as prolongadas jornadas de trabalho em torno do cultivo do sisal que segundo Silva (1993), apesar de não ser fixada, chegava a durar dez horas diárias com uma pequena interrupção de uma hora para o almoço. O dono do motor explorava a força de trabalho além do limite normal, o que Marx chama de “mais trabalho. As dificuldades eram acentuadas, pois “a exploração da lavoura do sisal no Brasil (...), teve como traço marcante o desrespeito à legislação o trabalhista vigente, em especial, na fase de colheita, (...) sem carteira assinada” (NASCIMENTO, 2016, p. 39).

---

<sup>2</sup> Entrevista concedida por Ivo Ferreira de Oliveira, 73 anos, no dia 10 de agosto de 2018, na cidade de Valente-BA.

<sup>3</sup> Entrevista concedida por Ivo Ferreira de Oliveira. Ver nota 2.

Trabalhar no motor também implicava o enfrentamento diário da ausência de segurança em qualquer das tarefas as quais eram exercidas sem proteção como máscaras, apesar de que eles mesmos usassem luvas improvisadas e o máximo de roupa possível (SILVA, 1993). Dessa forma, os trabalhadores tentavam se proteger das alergias (pelo contato com a planta), mas, por ser uma atividade desempenhada no campo, em lugares de difícil acesso e altas temperaturas, a quantidade de tecido fazia com que exercessem a atividade de forma desconfortável. Além disso, corriam o risco de perder a audição em decorrência do ruído da máquina e, na pior das hipóteses, perder sua mão ou braço na máquina desfibradora.

Dessa forma, além da tentativa de obter a mais valia absoluta com jornadas de trabalhos prolongadas, o lucro do dono de motor era aumentado pela intensidade do trabalho que a máquina possibilitava, acarretando, muitas vezes, a mutilação. E, de acordo com Pinto (1969), a assistência social não atingia o trabalhador do sisal, pois ele ganhava por tarefa e se ficasse doente não recebia nenhum pagamento, não tinha nenhuma garantia e, caso mutilado, não recebia aposentadoria. O único direito que o mutilado possuía, caso o motor fosse assegurado, era o de receber indenização (Pinto, 1969). Estas eram umas das características que transformavam o trabalho nos campos de sisal num dos mais desgastantes.

Do ponto de vista da saúde dos trabalhadores rurais, os acidentes poderiam ser vistos como a face aguda de um problema dessa atividade econômica, pois, se tratando de lugares distantes da zona urbana, caso fossem acidentados, não dispunham de assistência médica com rapidez. Mas, se o maquinário representava uma ameaça à saúde e a integridade dos trabalhadores, em especial, do maquinista, isso se devia ao fato de que o objetivo principal era a intensificação do ritmo de trabalho.

Em fins dos anos 1940 e início de 1950, o sisal em Valente já era uma atividade econômica intensa e isso lhe assegurava, possivelmente, condições necessárias de se desenvolver principalmente porque o número de moradores do então distrito era majoritariamente da zona rural onde acontecia a sua primeira fase de beneficiamento da fibra que era a colheita. Todavia, o cultivo do sisal também dependia do processo na zona urbana aonde o sisal chega à bateadeira e, de lá, vendida como matéria-prima para outras regiões.

Mediante a divisão dessas duas etapas de produção do sisal podemos observar o contraste social que essa atividade econômica também gerou: de um lado a produção de riqueza e, de outro, trabalhadores explorados pela má distribuição de renda e pelas condições de trabalho.

O sisal de Valente era exportado para o exterior gerando renda para os seus proprietários de terra que, após a usina, passou a ser explorado pelos agricultores consagrando a cidade como Capital do Sisal. A cidade experimenta esse “progresso” até a década de 1970 quando o produto começa a entrar em crise (SILVA, 2016). Dessa forma, as dificuldades que predominavam na vida dos camponeses até 1930 ganham intensidade. É nesse espaço que novas mobilizações sociais e políticas, impulsionadas e organizadas na esteira do protagonismo dos leigos nas pastorais sociais da Igreja Católica, influenciada pelas leituras populares libertadoras da Bíblia, vão ressignificar o cotidiano dessas pessoas por meio de práticas organizativas em Valente onde a sociedade civil inicia sua luta com a tomada do SRT, posteriormente, com o apoio do MOC abriu caminhos para a fundação da APAEB, que no caso de Valente, vai impulsionar a valorização do sisal. As experiências em comum vivenciadas pelos trabalhadores rurais levariam os militantes a defender a organização da classe e sua ação coletiva para conquistar melhores condições de trabalho e encontrou na religião católica ambiente propício para pensar novas possibilidades de mudança.

### **TRABALHADORES RURAIS ORGANIZADOS: OS CÍCULOS BÍBLICOS, A TOMADA DO STR E A FUNDAÇÃO DA APAEB**

A participação de religiosos às questões sociais ganhou intensidade a partir dos anos 1960 por meio de um movimento social das pastorais sociais e dos leigos católicos que provocam o surgimento de uma reflexão teológica libertadora como resposta de teólogos, clérigos católicos e protestantes ecumênicos que buscam assessorar os movimentos leigos. Compreendia setores tanto da Igreja Católica como organizações religiosas, pastorais de ordem popular e as Comunidades Eclesiais de Base. O movimento adquiriu impulso, pois o Papa João XXIII e o Concílio do Vaticano II legitimaram e regularizaram essas novas tendências, criando o ponto de partida para uma nova era na trajetória da Igreja (LOWY, 1991).

O contexto sócio-político da América Latina nesse período contribuiu para esse engajamento. A partir dos anos 1950 o continente começa a industrializar-se, estimulando a dependência e o êxodo rural, o crescimento das cidades e da classe trabalhadora como também as desigualdades sociais. Essa conjuntura criou condições propícias para que uma parcela da Igreja Católica voltasse a sua atenção para os trabalhadores alvos de injustiças e desigualdades que lhes atingiam de forma caótica (LOWY, 1991). É nesse contexto que visualizamos o engajamento de representantes clérigos de Valente juntos as causas dos trabalhadores rurais explorados pelas péssimas condições de trabalho nos campos de sisal. Na entrevista coletada ao então padre Luciano Cason<sup>4</sup>, ele coloca que o principal objetivo dos padres envolvidos nesse movimento de libertação social era despertar uma consciência política entre os trabalhadores rurais por meio de uma metodologia diferente, à luz das escrituras sagradas. Erenita Oliveira, moradora do povoado de Papagaio, zona rural de Valente, foi uma das mulheres envolvidas no movimento e participou da primeira reunião em 1973 em Valente se tornando uma das principais animadoras dos círculos bíblicos na cidade e, posteriormente ocupou o cargo de diretoria da APAEB onde atualmente trabalha, ressaltou que

Começamos o trabalho social aqui em 73. A primeira reunião aqui na comunidade foi em 73 estudando o valor da enxada e da caneta, quem trabalhava na enxada quem trabalhava na caneta. E com isso a gente foi se reunindo e discutindo. (...) fazia a leitura da Bíblia na vida da gente e com isso fomos descobrindo nossos direitos porque até essa época ninguém sabia de direitos nenhum (...) nada de direito.<sup>5</sup>

O Evangelho passa a ser reinterpretado nos círculos bíblicos com o objetivo de problematizar a exploração vivenciada pelos agricultores como também agir a luz das escrituras sagradas. Mediante as experiências partilhadas entre os agricultores, as redes de solidariedade construída entre eles observada nos depoimentos coletados, percebemos que o mutirão se configurava num instrumento por meio do qual as pessoas começaram a se sentir parte de um grupo e sentir a força, seu poder de organização mediante ações coletivas inspiradas e pensadas a partir de uma leitura diferente do Evangelho. Nesse

---

<sup>4</sup> Luciano Cason nasceu na Itália, mudou-se para o Brasil e atuou nos movimentos sociais em Valente entre 1973 a 1982 junto aos trabalhadores rurais.

<sup>5</sup> Entrevista concedida por Erenita Leonícia de Oliveira, 70 anos, no dia 09 de Abril de 2018, na cidade de Valente-BA.

momento, começam a aparecer as primeiras identificações que os faziam sentir parte de uma classe. Descobrir que partilhar suas vivências à luz das escrituras resultaria em ações concretas e positivas cria-se as primeiras experiências em comum.

As reuniões ganharam intensidade e possibilitaram aos agricultores o interesse pela direção do STR. Em Valente, esse sindicato foi fundado em 1971 por Reinado Ramos Rios, então prefeito da cidade, juntamente com outros líderes, sem a participação direta dos trabalhadores rurais nesse processo, com o intuito de controlar as ações dessa classe. Mas, mediante uma organização e articulação entre os agricultores a direção do sindicato passou a ser liderada por eles.

Aí a gente articulou as comunidades e fomos pegando nomes de pessoas. Até que a gente conseguiu arrumar nossa chapa. Aí fizemos no dia da eleição do sindicato. A gente apresentou a chapa, eles quase caíram de costa. Eles nunca esperavam que os trabalhadores fossem ter a coragem. (...) fizemos a nossa chapa e ganhamos e até hoje o sindicato tá aí nas mãos dos Trabalhadores<sup>40</sup>. Foi muita luta! Foi muita luta para conseguir!<sup>6</sup>

Os relatos de Erenita revelam o desejo que os trabalhadores possuíam de garantir a direção do sindicato nas mãos de quem realmente tinha o direito de representar a categoria e já elucidam uma luta de classes e que, após um período de organização atingem seu objetivo de tomada de poder na primeira eleição do sindicato depois de fundada em 1975. A partir desses caminhos trilhados, emerge a proposta e o surgimento da APAEB.

Em seus relatos Cason destaca que o principal objetivo do trabalho em Valente nos anos 70, por meio dos círculos bíblicos, era despertar nos camponeses uma consciência de classe e de seu poder de mobilização. Mas não era suficiente para solucionar as dificuldades que assolavam a cidade, principalmente em torno do cultivo do sisal. Dessa forma, a atuação do Movimento de Organização Comunitária (MOC) desempenhou um papel crucial para pensar possíveis alternativas econômico-sociais no intuito de melhorar a vida do pequeno agricultor.

Havia um problema em comum que era a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadoria (IMC). As sobras da lavoura eram levadas para serem vendidas nas feiras livres. Se o produtor não vendesse toda mercadoria, no retorno na semana seguinte o

---

<sup>6</sup> Idem.

imposto era cobrado novamente sobre os mesmos produtos. Dessa forma, criou-se o “Movimento do ICM” para reivindicar a isenção do imposto no qual os agricultores se deslocaram até Salvador para exigir do governador a isenção do imposto.

Apesar da tentativa frustrada, essa reivindicação foi de suma importância para esses agricultores, pois perceberam sua capacidade de reivindicação e mobilização diante de hierarquias que os colocavam em posição subalternas. O debate sobre o problema ganhou intensidade e surgiu a proposta cogitou-se a possibilidade de fundar uma associação civil fundando em 2 de julho de 1980 a Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia.

Não tivemos acesso ao estatuto do ano de sua fundação, mas estatuto de 1986 e as fichas dos sócios apontam características que enquadrava a APAEB como associação específica da classe trabalhadora rural: “São considerados ‘pequenos agricultores’ rurais que trabalham como autônomos em terra própria ou não, tem a agricultura como ocupação principal, exerçam diretamente a atividade e não tenham empregados permanentes”. Esse último critério era essencial para demarcar que o espaço não admitiria ter patrões

A APAEB, aparentemente adotou em sua estrutura admirativa uma flexibilidade, mas na prática se deu de forma centralizadora. (NASCIMENTO, 2003). Ildes Oliveira (2001) frisa que os primeiros anos da associação foram marcados por um choque entre as lideranças com opiniões contrárias acerca da administração. Assim, a solução seria que cada APAEB, nos municípios sediados, se tornasse independentes. Isso aconteceu em meados dos anos 1990 e a unidade de Valente passou a ser chamada Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente. Alguns artigos do novo estatuto a enquadra com os mesmos princípios na qual ela foi fundada anos anteriores.

Art. 1º – A Associação dos Pequenos Agricultores do Município de Valente é **uma entidade civil sem fins lucrativos**, fundada em abril de 1993, com a sede na cidade de Valente, Estado da Bahia, com área de atuação nesse estado (...).

Art. 2º – são as seguintes finalidades da APAEB:

e) contribuir com o crescimento da organização comunitária para interferir no processo político-social, **criando uma consciência e organização da classe** e ser (...) um instrumento permanente de luta pelos direitos dos trabalhadores (APAEB-Valente, 1993, n. p., grifo nosso).

O ponto *e* do 2º artigo é elucidativo para prensarmos o projeto político que a APAEB-Valente propõe e assume visando defender os interesses dos trabalhadores e

organizá-los enquanto classe e isso seria possível por meio de uma consciência de classe, o lucro não estava no horizonte. No entanto, a partir de uma análise da história da APAEB, é possível entender a sua transformação ideológica. Isso se inicia levando em conta que o sisal era a principal atividade econômica da cidade e, conseqüentemente agregava uma maior quantidade de trabalhadores e pequenos agricultores no município.

No entanto, na dinâmica que envolvia a comercialização do sisal, os agricultores precisavam negociar com os atravessadores. Isso fez com que os associados da APAEB-Valente começassem a buscar estratégias de enfrentamento contra o poder exercido pelos atravessadores, centralizando paulatinamente suas ações no negócio do sisal. Seria necessário que os associados possuíssem a sua própria “batedeira”<sup>7</sup> e realizar diretamente o beneficiamento da fibra. A Batedeira Comunitária de sisal só foi concretizada em 1984. A APAEB-Valente só começou a exportar em 1989 depois que conseguiu autorização. Ainda assim, a instituição entendia que deveria diversificar a produção. Era necessário fundar uma fábrica.

### **UMA FÁBRICA NO SERTÃO BAIANO**

Após oito anos comercializando o sisal, três deste já vendendo também para o mercado externo, na primeira metade dos anos 1990, ainda sem autonomia municipal, a APAEB-Valente resolveu dar um passo adiante no seu projeto que tinha como objetivo a industrialização do sisal e a obtenção do produto final para a venda. A partir daí, iniciou-se os estudos e sua viabilidade econômica.

Pensar num projeto para construção de um fábrica por si só nos faz pensar o processo pelo qual o projeto da APAEB tende e se transforma num projeto extremamente econômico, o que entra em contradição com seu projeto inicial fruto de mobilizações sociais da década de 1970. O sistema capitalista, antes identificado como um inimigo da classe trabalhadora, agora era considerado um mecanismo de tentativa de desenvolvimento econômico de Valente e da região semiárida. Segundo Marx (2017) “só a partir da introdução da maquinaria que o trabalhador luta contra o seu próprio meio de trabalho, contra o modo material de existência do capital” (MARX, 2017, p. 511). O

---

<sup>7</sup> A bateadeira configura-se num espaço onde a fibra de sisal era pesada, selecionada, limpa e encaminhada para o enfardamento. Normalmente situava-se nas zonas urbanas dos municípios que produziam o sisal que dava início a outro ciclo de produção (NASCIMENTO, 2014).

tópico do estatuto de 1993, que citamos anteriormente e que pondera acerca da necessidade de criar uma consciência e organização de classe e que contém resquícios do trabalho de base desenvolvido nos anos 1970, passa agora a ter um sentido diferente, diria contraditório.

Nesse sentido, é interessante observar o que propunha o documento em que são apontados alguns objetivos a serem alcançados com a possível implementação da fábrica. O projeto sobre a indústria, datado de 24 de fevereiro de 1992, registra oito finalidades a serem alcançadas e que nos limitamos a apontar apenas duas:

- a) buscar valorizar ainda mais o produto do sisal, ajudando a sustentação dos agricultores nas suas pequenas propriedades, estimulando o processo de organização e associativista dos trabalhadores rurais;
- g) o projeto “industrialização do sisal” pretende gerar também 150 empregos diretos no município, com a implementação de uma pequena indústria (APAEB, 1992, n.p.).

Segundo o documento, o intuito seria o desenvolvimento de Valente por meio da geração de empregos e, principalmente, a elevação do preço do sisal. Humberto Nascimento (2003) coloca que, a partir da implantação do processo fabril, a associação atuaria em toda cadeia de agregação de valor, desde o pequeno agricultor que planta, colhe, desfibra e seca as folhas do sisal até a confecção de tapetes e carpetes para exportação.

O contato com o exterior por conta das exportações da fibra, iniciado no final dos anos 1980, tanto por correspondência como através de viagens, contribuiu nas pesquisas sobre a implantação da fábrica. O jornal *Batedeira Comunitária* informou que

Ismael Ferreira (...) participou mais uma vez do Encontro anual do Fundo das Nações Unidas para Alimentação (FAO), realizado em Roma, Itália. Durante o encontro foram recolhidas informações importantes para o planejamento dos projetos da APAEB/Valente (Depois da FAO, visita a uma indústria da Bélgica, *Batedeira Comunitária*, Valente, p. 4, dez. 1992).

Nas várias reuniões em Roma, buscaram-se informações necessárias sobre o mercado internacional de sisal e serviram como base para analisar a viabilidade econômica do projeto. Segundo o jornal, na mesma viagem à Europa, depois da reunião com a FAO, os representantes da APAEB-Valente visitaram uma indústria na Bélgica

que usava o sisal como matéria prima. Nessa ocasião, foi discutida a possibilidade do repasse da tecnologia dessa indústria para a fábrica que a associação pretendia implantar.

Os dois anos que se seguem foram marcados por busca de apoio e a tentativa de financiamento pelo FNE em que APAEB apresentou, em 1993, o projeto propondo um empréstimo de 60% do valor total sendo aprovado em 1994, segundo o *Boletim Informativo*. Em outubro do mesmo ano iniciou-se a preparação do terreno para a construção da indústria que, inclusive, foi doado pela prefeitura local.

Além do apoio internacional, a instituição contou com o apoio “Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste/ Banco do Nordeste do Brasil (FNE/BNB) em 75% dos recursos totais de 2,5 milhões de dólares, do DOSP (Bélgica), 20%, e recursos próprios da ordem de 5%” (NASCIMENTO, 2003, p. 83), para os primeiros investimentos destinados as instalações físicas e compra do maquinário. Além disso, em 1993, em documento assinado por Ismael Ferreira, assessor da APAEB-Valente, nos faz saber os diversos apoios que a associação recebeu para que seu projeto fosse concretizado como “(...) de entidades não governamentais, de parlamentares e recentemente, recebeu uma carta de apoio de 25 prefeitos da região”.

A partir da documentação consultada, é possível perceber que a associação conseguiu mobilizar várias instâncias de poder local, nacional e internacional, que lhe assegurou e lhe deram suporte econômico abrindo a possibilidade de implantar a fábrica, nesse momento, já tão sonhada e desejada por toda a região e que, após cinco anos de intensa articulação foi inaugurada. A notícia ocupou diversas páginas do jornal *Folha do Sisal* que deu ênfase na notícia com a manchete “A Fábrica: do sonho à realidade”. Vale a pena reproduzir um trecho do texto marcado por um discurso “encantador” por aquelas modernas máquinas e pela conquista.

(...) no dia 9 de março de 1996, é inaugurada a moderna fábrica de tapetes e carpetes de sisal em pleno sertão baiano, no município de Valente, 242 quilômetros de Salvador. O maquinário é moderníssimo, adquirido na Itália e Holanda. (...) os teares fabricados foram feitos exclusivamente para este fim, adaptados as nossas condições aqui no sertão. São o que de mais moderno existe no mundo no setor de teares e produzirão por ano 500 mil metros de carpetes, funcionando 24 horas por dia. São de um total de 12 teares programados para os próximos anos (Um dia de festa, *Folha do Sisal*, Valente, p. 2, mar. 1996).

O dia foi marcado por grande euforia e agitação na cidade com a presença de representantes da Bélgica, país que teve um papel crucial na concretização do então ousado projeto da associação que, de acordo com Humberto Nascimento (2003), mesmo vivendo num contexto de desfavorável (entre 1994 e 1998) pela forte elevação das taxas de juros e aumento dos índices de desemprego, por exemplo, a APAEB-Valente conseguiu atingir um processo fabril modernizado. De fato, deu-se início a um novo período na sua história em que o preço médio do sisal aumentou. A fibra para o pequeno agricultor passou de R\$ 160,00/t, em 1995, para R\$ 300,00/t em 1998. Marcada pela geração de novos empregos na qual em 1992 contava com 70 saltando para 492 em 1997.

Podemos constatar que os principais objetivos do projeto foram alcançados: a valorização do sisal e a geração de empregos. Mas nos interessa perceber aqui algumas implicações que todo esse “progresso” causou. Adentrar no espaço mecanizado da fábrica à luz do pensamento de Marx é possível compreender o contraste que permeia os pressupostos na qual a associação estava fundamentada

#### **“A SOMA DE TODOS OS ESFORÇOS FOI NO LUCRO”**

A proposta da APAEB era orientada pelo princípio de independência de classe, tanto é que associação se denomina como uma organização de “pequenos agricultores” eliminando, teoricamente, a possibilidade de conter agricultores de grande porte. Desde os primeiros momentos da formação da APAEB, mesmo que o objetivo principal fosse a isenção do ICM, a proposta de organizar politicamente os agricultores sempre esteve na sua base numa tentativa de organizá-los para que pudessem lutar pelos seus interesses enquanto classe trabalhadora. A ideia de independência de classe significava para além de uma organização dos agricultores e que teve como resultado concreto a fundação da APAEB, o reconhecimento dos grandes proprietários de terra, ou seja, o patronato, como uma classe antagonica. Essa percepção os fez unir-se e impulsioná-los para a luta social.

Em várias situações ao longo da história, a associação posicionou-se claramente contra a exploração do pequeno agricultor. No entanto, é possível entender a sua transformação ideológica a partir da fundação de uma fábrica e que aponta uma mudança significativa e o ápice da alteração nas concepções da associação que é fruto de

movimentos de base essencialmente política e que gerou alguns embates entre a APAEB e seus sócios, agora operários.

O jornal *Folha do Sisal*, que servia como veículo de informação que a instituição utilizava para expor a comunidade acerca do andamento de suas atividades, descortina situações conflituosas pouco tempo depois da inauguração do espaço fabril.

Resolver dois sérios problemas em 97 é o desafio da APAEB. O primeiro problema é da conscientização dos funcionários. Segundo Ismael Ferreira, os trabalhadores ainda não se conscientizaram da importância da qualidade e produtividade no trabalho. Todos querem um emprego na indústria, mas depois que conseguem, nem sempre se adaptam às regras de qualquer empresa desse porte exige. Ismael cita como exemplo, caso de um determinado funcionário que consegue secar 450 quilos de fios por período de trabalho e outro só consegue 200 quilos. O pior é que, além de não progredir, este desestimula aquele que produz corretamente (Indústria e a Batedeira na luta, Folha do Sisal, Valente, p. 4, dez. 1996).

Essa manchete ocupou uma página inteira do jornal meses após a inauguração da fábrica em que chama atenção para os problemas enfrentados, um deles seria a baixa produtividade de alguns funcionários. Se auto definindo agora como uma empresa e a jornada de trabalho fixada, a produtividade é, a partir de então, seu objetivo principal e isso se daria pela intensificação da força de trabalho, ou seja, por meio do método de mais-valia absoluta. A partir do momento que o funcionário vende sua força de trabalho por meio do método de pagamento, exige-se dele que movimente mais força de trabalho.

Para Marx (2017) a maquinaria possibilita ao capitalista exercer uma maior pressão sobre o trabalhador e acompanha a intensificação da jornada de trabalho que, mediante a limitação da jornada de trabalho, obriga o capitalista exercer um maior controle sobre os custos da produção. O jornal é elucidativo nesse sentido.

(...) O desinteresse, a falta de responsabilidade no cumprimento de horários, a discordância com o sistema de turnos, as pausas demasiadamente longas com bate-papo, são outros fatores que impedem atualmente a indústria de produzir no limite de sua capacidade (Indústria e a Batedeira na luta, Folha do Sisal, Valente, p. 4, dez. 1996).

O documento nos faz entender a preocupação que a instituição assinala pela falta de disciplina dos funcionários, disciplina esta tão estimada pelo sistema capitalista e que,

prejudica o sistema produtivo e, conseqüentemente, reduz seu lucro. Sobre essa necessidade de controle dos corpos Marx (2017) pondera que

O código fabril, em que não figura a divisão de poderes tão presos pela burguesia, e tampouco seu ainda mais prezado sistema representativo, de modo que o capital, como um legislador privado e por vontade própria, exerce seu poder autocrático sobre seus trabalhadores, é apenas a caricatura capitalista da regulação social do processo de trabalho, regulação que se torna necessária com a cooperação em escala ampliada e o uso de meios coletivos de trabalho, especialmente a maquinaria. No lugar do chicote do feitor de escravos, surge o manual de punições de supervisor fabril (MARX, 2017, p. 496).

A associação, que nasce numa perspectiva de tornar os pequenos agricultores uma classe independente e que chega até a exigir que para tornar-se sócio, o pequeno agricultor não poderia ter empregados permanentes, agora busca dominá-los e reprimi-los em nome do lucro sob controle de um patrão, condensado na figura da própria APAEB, que, inserida num sistema fabril e capitalista, incorpora um regulamento na tentativa de controlar os trabalhadores. Ivone Gonçalves que se engajou nos movimentos sociais desde sua adolescência e que perpassa por todo o contexto que essa pesquisa se delimita, enquanto coordenadora do Departamento Educativo, participou das mobilizações e fundação da fábrica. O seu relato confirma a hipótese que essa investigação tenta levantar no que tange a mudança nas concepções da associação principalmente após 1996.

A fábrica em si virou fábrica porque os meninos que viraram gestores da fábrica estavam ali pelo emprego e dependia do que o gerente mandava eles fazerem e assim foram todos os setores da fábrica da APAEB. Fundou a fábrica não existe mais essa história de 70.<sup>8</sup>

A depoente nos chama atenção para o momento que os princípios da associação, que estavam alicerçados em concepções contra a exploração capitalista, fundamentadas em uma constante luta de classes, sofrem uma ruptura significativa salientando que a APAEB, a partir de então, voltou a sua atenção “para o lucro. A soma de todos os esforços foi no lucro. Da forma que foi feito (...) o peão lá da base continua sem aumentar o preço do sisal e história continua...”.

---

<sup>8</sup> Entrevista concedida por Ivone Gonçalves de Oliveira, 56 anos, no dia 08 de agosto de 2018, na cidade de Valente-BA.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A associação nasce com o propósito de ser um espaço de participação de um grupo subalterno e defender os interesses dos pequenos agricultores de todo o estado e organizá-los enquanto classe. No entanto, a partir de uma análise da história da APAEB-Valente, é possível entender a sua transformação ideológica. A fundação da fábrica de tapetes e carpetes de sisal em 1996 aponta uma mudança significativa nas concepções da associação que é fruto de movimentos de base política.

De modo geral, a pesquisa buscou examinar em que momento pequenos agricultores começaram a inquietar-se diante da situação em que viviam, suas estratégias de luta e de organização que, por meio de círculos bíblicos, se mobilizaram e, posteriormente, em torno de um sindicato, buscaram melhores condições de trabalho formalizando seus interesses enquanto classe por meio de uma associação. Contudo, essa é marcada por mudanças ideológicas que se contrapõe com suas raízes engendradas nos anos 1970.

## **REFERÊNCIAS**

LOWY, Michael. **Marxismo e a Teologia da Libertação**. Trad. Myrian Batista. SP: Cortez, 1991.

\_\_\_\_\_. **Sobre o conceito de “afinidade eletiva” em Marx Weber**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP. São Paulo, v.17.2, 2011, p. 129-142.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Conviver o Sertão: origem e evolução do capital social em Valente/Ba**. São Paulo: Annablume, 2003.

NASCIMENTO, Cassiano Ferreira. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, v. 10 , n. 20 – UFGD – Dourados, jul/dez – 2016.

OLIVEIRA, Ildes Oliveira. **Uma surpresa no Sertão: a experiência da APAEB e da COOPERE**. Gráfica Empreite, 2001.

PINTO, Maria N. **Contribuição ao estudo da influência da lavoura especulativa do sisal no Estado da Bahia.** Revista Brasileira de Geografia, v. 31, n. 3, p. 3-102, 1969.

SILVA, O. A. da. **Rede urbana e dinâmica regional no estado da Bahia.** In: Dias, P. C.; Santos, J. (orgs). Cidades médias e pequenas. Salvador: SEI, (Série estudos e pesquisas, 94) 238.

SILVA, Álvaro L. V. et. al. **APAEB: uma história de fibra, luta e subsistência.** Valente: APAEB, 1993.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.